



Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento
Coordenação-Geral de Programas e Projetos de Cooperação Técnica
Coordenação de Projetos de Cooperação Nacional

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 17 dias do mês de dezembro do ano de 2020, às 9h30, na sede da Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS/OMS, Lote 19 - Avenida das Nações, SEN - Asa Norte, Brasília/DF, no Auditório Carlyle Guerra de Macedo, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), em cumprimento ao §1º do art. 4º do Anexo XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, sob a Presidência do Senhor Eduardo Pazuello, Ministro de Estado de Saúde, com a presença dos demais membros do colegiado, Senhor Wilames Freire Bezerra, Presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), e o Senhor Carlos Eduardo Amaral, Vice-Presidente Regional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Registraram presença: Sr. Elcio Franco, Secretário-Executivo/MS; Sra. Socorro Gross, Representante da OPAS/OMS no Brasil; Sr. Pedro Geraldo Pinheiro dos Santos, Diretor do DESID/SE/MS; Sra. Carla Rubia Florencio Tardivo Stivali, Coordenadora-Geral CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Adriana da Silva e Sousa, Diretora DESD/SE/MS; Sr. Alessandro G. A. Vasconcelos, Assessor SE/MS; Sra. Andreia de Castro Souza, Assessora Especial do Secretário de Saúde MG; Sr. Arnaldo Correia de Medeiros, Secretário de Vigilância em Saúde SVS/MS; Sra. Camile Giaretta Sachetti, Diretora do DECIT/SCTIE/MS; Sra. Cidália Luna Alencar Feitosa de Oliveira, DEGES/SGTES/MS; Sra. Dayanne de Mendonça Vieira, SVS/MS; Sra. Deborah Silva Figueiredo, Diretora do DESAM/FUNASA; Sra. Eloiza Andrade Almeida Rodrigues, Assessora Técnica SAES/MS; Sr. Gerson F. M. Pereira, DCCI/SVS/MS; Sr. Gilberto Musto, Assessor de Comunicação do MS; Sr. Jacson Venâncio de Barros, Diretor DATASUS/SE/MS; Sra. Laura Tiriba Appi, Assessora GM/MS; Sra. Simone Souto Maior, Assessora GM/MS; Sra. Ligeíze Ferreira Lins, Técnica CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Lúcia de Fátima Masson, GGCI/ANVISA; Sr. Marcelo Mafra Leal, Assessor GAB/SVS; Sra. Nayana Fernandes Rodrigues, Técnica CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Neilton Araújo de Oliveira, Assessor SE/MS; Sra. Pollyane Cunha Rodrigues da Costa, CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sr. Raphael Câmara Medeiros Parente, Secretário de Atenção Primária a Saúde SAPS/MS; Sra. Raquel Leandro Andretto, Técnica CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Renata Maria de Oliveira Costa, Diretora-Substituta do DESF/SAPS/MS; Sra. Samantha Lemos Turte-Cavadinha, Coordenadora-Geral CGFPC/DECIT/SCTIE/MS; Sra. Tatiane Vanessa Alves Cunha, Técnica CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Victor Kiitti Tanaka da Anunciação, Técnico CPCN/CGPC/DESID/SE/MS; Sra. Virgínia Silva, Assessora-Chefe de Comunicação SES/MG; Sr. Arnaldo Bartalo Junior, Diretor-Executiva de Sustentabilidade e Impacto Social da Real e Benemérita Associação Portuguesa de Beneficência (BP); Sra. Bernadete Weber, Superintendente de Responsabilidade Social da Associação do Sanatório Sírio Hospital do Coração (HCor); Sr. Dante Dianezi Gambardella, Gerente de Projetos de Filantropia da BP; Sr. Guilherme de Paula Pinto Schettino, Diretor de Responsabilidade Social da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira – Hospital Albert Einstein (HIAE); Sr. Luis Eduardo Ramos Mariath, Gerente de Responsabilidade Social da Associação Hospitalar Moinhos de Vento (AHMV); Sr. Luis Antônio Mattia, Consultor de Relacionamento Institucional da AHMV; Sra. Nídia Cristina de Souza, Gerente de Projetos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz (HAOC); Sr. Renato Tanjoni, Gerente de Responsabilidade Social do HIAE; Sr. Rodrigo Wilson de Souza, Gerente de Projetos da Sociedade Beneficente de Senhoras – Hospital Sírio Libanês (HSL); Sr. Rogério L'Abbate Kelian, Gerente de Ações Integradas Hospitalares PROADI-SUS; Sra. Vania Rodrigues Bezerra, Superintendente de Responsabilidade Social do HSL; Sr. Jurandi Frutuoso, Secretário-Executivo do Conass; Sr. Mauro Guimarães Junqueira, Secretário-Executivo do Conasems; Sr. Renê Santos, Assessor Técnico Conass.

Feitos os cumprimentos de praxes, o Diretor do DESID, Sr. Pinheiro dos Santos, lembrou do enfrentamento da pandemia, lamentando as vidas perdidas para o coronavírus. Lembrou ainda, que mesmo frente aos desafios impostos, avanços foram feitos num ambiente de diálogo com Conasems e Conass.

Ato seguinte, deu início à apresentação (0018201107) e entrou nos pontos de pauta deliberativa. De pronto, foi feita entrega simbólica de uma cópia encadernada do Manual Técnico de Elaboração, Análise e Prestação de Contas dos Projetos do PROADI-SUS ao Ministro da Saúde, na condição de presidente do Colegiado, ressaltando que outras vias foram entregues aos Presidentes do Conasems e Conass e respectivos secretários-executivos, bem como disponibilizada versão digital tanto para as áreas técnicas envolvidas, como para as entidades de reconhecida excelência. Que o documento foi construído com o envolvimento de todos os atores e que o manual visa servir de aparato ferramental para qualificação dos projetos a serem apresentados, aprovados, executados e prestado contas ao final.

Ponderou ainda, que o documento recebeu elogios e colocações que serão objeto de análise em momento futuro. Finda essa apresentação, restou como aprovado o Manual.

Ponto seguinte, pontuou-se o rol de projetos de continuidade para o triênio 2021-2023, ressaltando a importância dos projetos passarem a cumprir os planos de trabalho, tendo início, meio e fim. No slide apresentado, foi identificado 107 (cento e sete) projetos, todos identificados na listagem entregue apartada aos presentes e anexa a presente ata (0018196441), sendo vinte (20) do AHMV; quinze (15) do HAOC; vinte e três (23) do HCor; vinte e nove (29) do HIAE; e vinte (20) do HSL. Por área técnica, o quadro apresentado demonstrou dois (2) vinculados à ANS; cinco (5) à ANVISA; vinte e três (23) à SAES; nove (9) à SAPS; quarenta e três (42) à SCTIE; treze (13) à SE; sete (7) à SGTES; e seis (6) à SVS.

Em relação a esses projetos os representantes de Conasems e CONASS apresentaram a proposta de que os pareceres dos novos Planos de Trabalho para o triênio 2021/2023 deverão ser objeto de apreciação e aprovação do Comitê Gestor.

Neste momento, o Presidente do Colegiado, Ministro Eduardo Pazuello, cumprimentou a mesa, os representantes dos hospitais e todos ali presentes, e em razão de compromisso externo e da necessidade de prestação de contas ao Senado na condução dos trabalhos de compra e distribuição das vacinas, teria que se ausentar, permanecendo o Secretário-Executivo na representação do MS na reunião do CG. Pontuou ainda, que paralelamente a isso, todas as atividades do Sistema Único de Saúde continuam, precisam crescer e que o PROADI-SUS é uma excelente ferramenta que pode contribuir com esse processo. Que neste momento estão se dando soluções a questões pretéritas de quatro anos, demonstrando sua preocupação com a inércia da administração pública. Reportando-se, especificamente, a não emissão e irregularidade da certificação do CEBAS.

Ainda em sua fala, o Presidente do Colegiado foi incisivo em afirmar que os prazos de análise devem ser cumpridos e devem ser identificados os responsáveis pelas análises. Seguindo protocolos e acompanhamentos rígidos. Havendo que se estabelecer rotinas e responsabilidades de modo a assegurar cumprimento de prazos e regular cumprimento dos fluxos dos trabalhos. Desse modo, do seu ponto de vista, terá fim a discussão sobre a finitude ou não do Programa, uma vez que será demonstrada de forma clara os seus resultados. Ressaltando ainda, que há consenso com Conasems e Conass de que se quer a permanência do Programa, mas com resultados efetivos e transparentes para o SUS. Com protocolos, acompanhamento de contas de cada recurso gasto que deixa de ir para os cofres da União à título de tributos.

Ao final de sua fala, parabenizou a todos pelo trabalho nesse período em que ele está a frente da Pasta, em especial à equipe do Diretor do DESID pelos avanços, bem como a todas as áreas técnicas do Ministério da Saúde e entidades vinculadas pelos esforços empenhados.

Com a palavra, a Coordenadora-Geral da CGPC/DESID, Carla Tardivo, informou que em relação ao regramento para os projetos de continuidade restará definido que a apresentação de novos Planos de Trabalho deverá ocorrer até 31 de janeiro de 2021, e que a manutenção da sua execução se dará a partir de 1º de janeiro de 2021, com base em autorização normativa. Conforme orientado e discutido anteriormente, ficará dispensada a fase de apresentação de propostas de projetos. Quanto a análise técnica e financeira, os prazos ficarão reduzidos de trinta (30) para quinze (15) dias e de quinze (15) para cinco (5) dias, quando envolver análise de TIC por parte do DATASUS. E que as diligências serão reduzidas de três para uma.

Neste ponto, os representantes das entidades de excelência questionaram quanto ao prazo para resposta às diligências. Ao que foi fixado em dez dias corridos.

Por fim, como ponto de destaque, ficou registrado que as despesas executadas correrão pelas entidades de excelência quando da não apresentação do novo plano de trabalho no prazo estabelecido, para os projetos de continuidade.

Com a palavra, a Diretora do DECIT/SCTIE, Sra. Camile Sachetti, externou sua preocupação com a redução dos prazos diante da complexidade dos projetos de pesquisa, tendo em vista o volume e a complexidade dos projetos processados por seu setor.

Nesse ponto, o Secretário-Executivo do Conass, Jurandi Frutuoso, informou que os conselhos terão suas atividades continuadas nesse final de ano e que poderão contribuir no que for possível nesse processo de análise.

Na sequência, o Secretário-Executivo/MS, Sr. Elcio Franco, que assumiu a presidência do colegiado com a saída do Ministro, assentiu com a preocupação externada pela Diretora do DECIT/SCTIE, porém lembrou da necessidade de se criar limites e mecanismos que impeçam o descumprimento de prazos.

Nesse sentido, o Diretor do DESID, Sr. Pinheiro dos Santos, lembrou que esses prazos incidirão para os projetos de continuidade, que as áreas têm conhecimento de seu conteúdo e que essa continuidade vem sendo discutida com as entidades de saúde no decorrer desse último semestre. Lembrando ainda que do rol de continuidade, quarenta (40) projetos estão atrelados ao DECIT/SCTIE. Situação que deverá ser revertida, no sentido de os projetos passarem a ter finitude.

Ainda em resposta ao Secretário-Executivo, o Diretor do DESID lembrou das discussões que vem sendo conduzidas juntamente com Conasems e Conass na construção de uma lógica estruturante do programa para o próximo triênio, com eixos bem definidos, com redução no quantitativo de projetos, visando ações que realmente sejam importantes para o usuário final do SUS.

Em tempo, o Diretor do DATASUS, Sr. Jacson Venâncio, também demonstrou sua preocupação com o exíguo prazo de análise, ressaltando a complexidade do mérito de TIC a ser analisado. Mesmo tratando-se de projetos de continuidade, há casos em que o DATASUS não analisou o projeto originalmente, o que agrava ainda mais a situação, uma vez que persistir com a continuidade de projetos que não foram avaliados de uma forma adequada pode gerar uma demanda de incorporação futura que não poderá ser atendida.

Nesse sentido, o Diretor do DESID, Sr. Pinheiro dos Santos assentiu com a fala do Diretor do DATASUS quanto a preocupação com os projetos de continuidade estenderem situações passadas que já não deveriam perdurar.

Ciente dos diminutos prazos e da necessidade de emissão de mérito quanto aos novos planos de trabalhos dos projetos de continuidade, a Coordenadora-Geral, Carla Tardivo, ponderou junto às Entidades de Saúde de Reconhecida Excelência quanto à viabilidade de se sinalizar a existência de TIC no bojo dos projetos. Nesses casos, o setor dará tramitação simultânea do projeto (plano de trabalho) para a área finalística e para o DATASUS.

Superado o primeiro ponto de deliberação, passou-se para as propostas de projeto. A primeira foi "*Capacitação da Secretaria de Vigilância em Saúde para gestão de inovação e cultura disruptiva na Saúde*", vinculada à SVS, do HCor, no valor de R\$ 10.800.000,00, prazo de execução de 2021 a 2023, área de atuação: Capacitação de Recursos Humanos/Desenvolvimento de Técnicas e Operação de Gestão em Serviços de Saúde. Público alvo: gestores, servidores e colaboradores da Secretaria de Vigilância em Saúde. Abrangência: Nacional e Inter Fronteiras.

A segunda foi "*Evolução e fortalecimento da Rede Nacional de Dados em Saúde com ênfase em ciência de dados*", vinculada ao DATASUS/SE, do HIAE, no valor de R\$ 15.514.818,00, vigência de 2021 a 2023, área de atuação: Desenvolvimento de Técnicas e Operação de Gestão em Serviços de Saúde, público alvo: Pacientes do SUS. Abrangência: nacional. E, por último, uma proposta da SAPS, intitulada de "*AGIR AGORA: Estratégia de qualificação para o desenvolvimento de características amigáveis aos adolescentes nos serviços da RAS*", do HSL, no valor de R\$ 42.127.696,00, com vigência de 2021 a 2023, área de atuação: Capacitação de Recursos Humanos. Público alvo: Adolescentes e Profissionais da Saúde. Abrangência: nacional.

Quanto a esta última proposta, a Coordenadora-Geral da CGPC/DESID, Carla Tardivo, fez registro que a documentação apresentada não guarda coerência com os padrões definidos para apresentação de propostas de projetos, mas que havia posto em pauta diante da solicitação da área.

Em tempo, o Assessor do Conass, René Santos, solicitou envolvimento do conselho nas discussões do plano de trabalho do projeto "*Agir Agora*" no sentido de fazer a interface e a coerência dessa proposta com a visão estratégica do Conass sobre Rede de Atenção à Saúde.

Colocado em deliberação, restaram aprovadas as três propostas de projetos apresentadas.

Em tempo, foi pautado o projeto "*Fortalecimento das Áreas de Regulação e Apoio a Contratualização nas Secretarias Estaduais de Saúde*", atendendo solicitação do Conass. Nesse ponto, foi esclarecido que o projeto em questão foi objeto de deliberação pelo CG mas não havia entrado em execução. Nesse sentido, almejava-se a autorização para retomada do projeto no próximo triênio.

Com a palavra, o Assessor do Conass, René Santos, lembrou que o projeto havia sido aprovado enquanto proposta ainda ao final de 2019, que obteve parecer favorável da área técnica e aprovação do Comitê Gestor. Lembrou ainda, que o projeto é voltado para o fortalecimento da regulação das secretarias estaduais de saúde, com ênfase na questão da contratualização e da regulação do acesso, contemplando todas as secretarias estaduais de saúde, sendo prioritário para o Conass. Tendo em vista que a proposta do projeto já tem prévia aprovação do Comitê Gestor, entende-se que o mesmo tramite como novo projeto para o triênio 2021/2023 já em fase de apresentação do respectivo plano de trabalho. Informa que nesse sentido estão bem adiantadas as tratativas com o HSL para apresentação de plano de trabalho para o próximo triênio.

Nessa mesma linha, o Secretário-Executivo do Conasems, Sr. Mauro Junqueira, complementou que o projeto é de extrema importância para todo o Sistema Único de Saúde, por tratar da questão da regulação da assistência, razão pela qual o Conasems corrobora com a reapresentação do projeto para o próximo triênio. Registrando, ainda, que na próxima reunião o Conasems deverá pautar duas novas propostas de projeto voltadas a ressignificação de hospitais de pequenos portes.

Com a palavra, o Secretário-Executiva, Sr. Elcio Franco, voltou a reforçar que as áreas não devem ter os projetos como algo estanque, mas que contenha uma curva de aprendizado, com uma fase de transição e assimilação por parte do SUS. Isso porque, corre-se o risco de se perder todo o investimento feito caso não seja possível, ao final, realizar a incorporação ou a absorção parcial ou por completa de seu resultado.

Nesse ponto, o Assessor do Conass, René Santos, reforça que o projeto em questão tem todas as fases muito bem definidas. Que ao final de três anos espera-se que as ações desse projeto estejam institucionalizadas nas secretarias estaduais de saúde.

O Secretário-Executiva, Sr. Elcio Franco, agregou ainda, que nesses moldes o projeto de regulação deve não só estar nas estaduais, mas ser transposto para o nacional, citando o exemplo dos transplantes, que extrapola a capacidade de um estado.

Ainda nesse linha, o Secretário-Executivo do Conasems, Sr. Mauro Junqueira, entendeu ser um grande avanço um sistema de regulação nacional em que haja efetiva troca de informações entre as secretarias de saúde. Aproveitando a palavra, Mauro Junqueira apresentou duas propostas de projetos novos para aprovação de mérito pelo comitê. O primeiro, Resignificação dos Hospitais de Pequeno Porte, vinculado ao eixo estratégico organização da Rede de Atenção à saúde nas macrorregiões, visa identificar e elaborar proposições para a reinserção destes HPP na rede de atenção a saúde. O segundo, Governança na Rede CONASEMS COSEMS, vinculado ao eixo estratégico Aprimoramento da Gestão Institucional do SUS, visa implementar a metodologia de avaliação de desempenho e plano de melhoria contínua de gestão através da implementação dos ciclos de melhoria da gestão – PDCA, adaptando-a para ser realizada de forma virtual e promovendo de forma articulada aos demais projetos PROADI sua efetivação junto a rede CONASEMS COSEMS.

Os dois projetos, foram aprovados em seu mérito, devendo os planos de trabalho serem apresentados ao CG nos prazos e fluxos definidos.

Dando seguimento, passado ao ponto de pauta, Quadro Situacional dos Projetos em execução em 2020, o Diretor do DESID apresentou panorama do quadro situacional dos projetos em execução em 2020 que tiveram solicitação de alteração de plano de trabalho. No total, foram 114 (cento e quatorze) projetos, sendo cinquenta e oito (58) com parecer assinado pelo secretário, porém sem publicação de extratos; vinte e cinco (25) com parecer sem assinatura do secretário; 10 (dez) com extrato de alteração publicado; um (1) com extrato na SE para publicação; e vinte (20) sem parecer.

Ato contínuo, o Secretário-Executivo do Conass, Sr. Jurandi Frutuoso, parabenizou a equipe do DESID pelo trabalho apresentado, diante do grau de dificuldade apresentado.

Com a fala, a Coordenadora-Geral da CGPC, Sra. Carla Tardivo, registrou que o diagnóstico apresentado veio ao encontro com a preocupação externada pelas Entidades de Saúde de Reconhecida Excelência quanto a conclusão das análises de pedidos de alteração de plano de trabalho. Nesse ponto, salientou que a equipe vinha monitorando essa questão a cerca de duas semanas e que a não conclusão dos trabalhos por parte das áreas técnicas poderia impactar gravemente na execução orçamentária do programa em 2020. Que pelo corte, datado de 16/12/2020, o Comitê Gestor teria que deliberar sobre vinte (20) projetos, sendo dez (10), tecnicamente, com impacto orçamentário inferior à 20%, e dez (10) com variação maior que 20%. Situação que, ordinariamente, seriam objeto de pauta futura. Assim, nesse sentido, seria necessário o envolvimento efetivo de todos os atores envolvidos, de modo que as áreas técnicas e entidades vinculadas emitissem os pareceres em tempo hábil para que se proceda a regularização do feito pela CPNC/DESID, e a SE/MS possa publicar os respectivos extratos no DOU, de todos os projetos ainda nesse exercício financeiro. Para além disso, as Entidades de Saúde de Reconhecida Excelência contribuiriam com o levantamento dos projetos que demandariam maior grau de complexidade de análise e impacto orçamentário.

Lembrou ainda, que caso isso não ocorra a contento, esses projetos terão sua execução prejudicada. Outrossim, há situações em que os pareceres foram elaborados, mas permanecem sem homologação por parte dos titulares das secretarias. Situação que também precisa ser revertida. E que há muito trabalho a ser feito em pouco tempo.

Como encaminhamento, **foi proposto que o Comitê Gestor deliberasse ad referendum pela aprovação dos termos dos Pareceres de Mérito emitidos pelos Secretários e/ou autoridades equivalentes, quando das análises de pedidos de alteração de plano de trabalho dos projetos que ainda não o foram pautados nas reuniões desse colegiado por ausência de oportunidade ainda em 2020.**

Posto em deliberação, o Comitê Gestor acolheu em sua totalidade o encaminhamento proposto.

Restou ainda, como **recomendação** por parte do Comitê que o Ministro da Saúde publique portaria autorizando aprovação retroativa das alterações apresentadas sempre que seja materialmente possível, prevendo eventualmente que as áreas técnicas não consigam emitir os pareceres de mérito para publicação de extrato ainda este ano.

Ato seguinte, passou a listagem dos projetos em execução com parecer de mérito favorável a alteração pela variação maior que 20%. Um total de trinta e cinco (35) projetos identificados, sendo dez (10) do HCor; dezenove (19) do HIAE; dois (2) do AHMV; um (1) do AHOC; e três (3) do HSL, conforme Tabela I. Cabendo registro que esse universo encontra guarida naqueles cento e quatorze (114) pedidos de alteração de plano de trabalho.

Tabela I - Projetos em execução com parecer de mérito favorável à alteração com supressão ou acréscimo de 20% do valor original

ESRE	NUP	TÍTULO	VALOR	ÁREA TÉCNICA	SITUAÇÃO
HIAE	25000.048800/2019-51	Otimização antitrombótica através da monoterapia sem AAS versus dupla-terapia com AAS: um estudo de redução medicamentosa em pacientes com síndrome coronária aguda no Sistema Único de Saúde	De R\$ 9.453.706,00 Para R\$ 1.062.028,59 (-88,76%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.019101/2018-12	Ensaio clínico randomizado para avaliação de um algoritmo de controle de pressão arterial intensivo em pacientes com acidente vascular cerebral isquêmico	De R\$ 17.449.069,53 Para R\$ 10.752.541,66 (-38,38%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.047257/2018-93	Ensaio clínico de Fase I/II com Células Natural Killer (NK) expandidas ex vivo para o tratamento de Leucemia Mielóide Aguda (LMA)	De R\$ 8.969.035,35 Para R\$ 2.408.362,70 (-73,14%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.009800/2018-54	Qualificação em Assistência Farmacêutica para profissionais do Sistema Único de Saúde com o uso da simulação realística	De R\$ 7.885.850,26 Para R\$ 5.176.185,64 (-34,36%)	SCTIE	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário.
HIAE	25000.049837/2018-15	Avaliação do impacto econômico de infecções por microrganismos resistentes à antimicrobianos em UTI brasileiras: um estudo da plataforma de projetos de apoio ao Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos – Programa IMPACTO MR (Eixo III)	De R\$ 4.759.893,51 Para R\$ 3.327.361,86 (-30,10%)	SCTIE	Parecer Favorável parcialmente
HIAE	25000.047193/2018-21	Intervenção percutânea coronária assistida por robô - um	De R\$ 4.862.205,75	SCTIE	Parecer Favorável

		estudo de segurança e eficácia aplicada ao Sistema Único de Saúde	Para R\$ 3.210.382,84 (-33,97%)		
HIAE	25000.159909/2019-12	Regula+Brasil Colaborativo	De R\$ 762.992,46 Para R\$ 474.166,84 (-37,85%)	SE	Parecer Favorável
HIAE	25000.183504/2018-14	Estudo prospectivo randomizado de neoadjuvância total vs convencional objetivando resposta clínica completa em câncer de reto localmente avançado	De R\$ 25.761.885,88 Para R\$ 1.809.882,62 (-92,97%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.030761/2018-54	Avaliação da eficácia da vacinação contra influenza para redução de mortalidade e do ônus de doenças crônicas (Estudo VIP)	De R\$ 18.121.868,00 Para R\$ 8.456.082,11 (-53,34%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.018439/2018-57	Estudo das características epidemiológicas e clínicas das hepatites virais agudas em serviços de saúde brasileiros	De R\$ 11.437.167,31 Para R\$ 4.961.250,28 (-56,62%)	SVS	Parecer Favorável
HIAE	25000.083098/2019-71	Genomas Raros: aplicação da genômica para o diagnóstico de doenças raras e do risco hereditário de câncer no Brasil, em serviços públicos de saúde	De R\$ 34.627.408,23 Para R\$ 19.225.647,27 (-44,47%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.052233/2020-71	Enfrentamento do Novo Coronavírus por meio da ampliação do acesso à APS	De R\$ 4.023.978,73 Para R\$ 3.196.408,11 (-20,56%)	SAPS	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário
HIAE	25000.047264/2018-95	Tratamento Inovador para Anemia Falciforme - uma doença negligenciada de alta relevância social	De R\$ 18.388.164,43 Para R\$ 9.479.460,79 (-48,45%)	SCTIE	Parecer Favorável, falta publicação da 1ª alteração
HIAE	25000.019246/2018-13	Apoio ao Desenvolvimento de Centro de Referência Nacional para Transplante de Paciente com Insuficiência Hepática Aguda Grave (IHAG)	De R\$ 9.094.748,00 Para R\$ 3.935.363,94 (-56,72%)	SAES	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário
HIAE	25000.028978/2018-02	Estudo randomizado de larga escala avaliando o controle intensivo da pressão arterial para redução de eventos cardiovasculares maiores em pacientes com diabetes mellitus (estudo OPTIMAL DIABETES)	De R\$ 24.642.897,00 Para R\$ 15.043.577,73 (-38,95%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.083071/2019-89	Saúde baseada em valor e estudos de vida real nos processos de incorporação de tecnologias e de desenvolvimento de recomendações	De R\$ 10.882.448,84 Para R\$ 1.965.997,53 (-81,93%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.047222/2018-54	Avaliação de custos e desfechos da incorporação racional de drogas anti-PD1/anti-PD-L1 no manejo de câncer de pulmão metastático em população de mundo real no Sistema Único de Saúde	De R\$ 22.048.908,61 Para R\$ 12.898.254,57 (-41,50%)	SCTIE	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário
HIAE	25000.121674/2018-13	Desenvolvimento de uma Plataforma Nacional de armazenamento e inteligência artificial em imagens médicas para pesquisa, inovação e suporte à decisão clínica	De R\$ 23.172.843,77 Para R\$ 16.414.827,41 (-29,16%)	SCTIE	Parecer Favorável
HIAE	25000.047251/2018-16	Expansão de Linfócitos Vírus-Específicos para Terapia Celular em Pacientes Imunossuprimidos que Foram Submetidos ao Transplante de Medula Óssea	De R\$ 8.799.468,18 Para R\$ 2.828.545,11 (-67,86%)	SCTIE	Parecer Favorável
AHMOV	25000.209767/2018-61	Estudo de Terapia Tripla para Prevenção de eventos recorrentes de doença cerebral intraparenquimatosa (TRIDENT)	De R\$ 4.650.244,61 Para R\$ 1.888.495,10 (-59,38%)	SCTIE	Parecer Favorável
AHMOV	25000.018749/2018-71	Qualificação da Assistência em Terapia Intensiva Pediátrica por Telemedicina	De R\$ 5.271.502,32 Para R\$ 6.792.956,50 (+28,86%)	SE	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário
HSL	25000.146495/2018-81	Vitamina C, Hidrocortisona e Tiamina em pacientes com choque séptico: estudo clínico randomizado (VITAMIN TRIAL)	De R\$ 6.999.372,13 Para R\$ 1.271.640,00 (-81,83%)	SCTIE	Parecer Favorável
HSL	25000.146436/2018-11	Estudo multicêntrico, duplo-cego, randomizado, placebo-controlado sobre o efeito do carvedilol na prevenção da cardiotoxicidade relacionada ao uso de Antraciclina	De R\$ 7.946.719,53 Para R\$ 2.131.197,26 (-73,18%)	SCTIE	Parecer Favorável
HSL	25000.048113/2018-54	IMPACTO MR: Risco - Avaliar os fatores de risco para aquisição de microrganismos resistentes (MR): Impacto das infecções por microrganismos resistentes a antimicrobianos em pacientes internados em unidades de terapia intensiva adulto no Brasil - Plataforma de Projetos de Apoio ao Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (Eixo IV)	De R\$ 3.350.115,00 Para R\$ 1.871.126,91 (-44,15%)	SCTIE	Parecer Favorável
HAOC	25000.018819/2018-91	Ensaio clínico randomizado, pragmático, unicêntrico, fase 2, aberto, de não-inferioridade, para avaliar a eficácia e segurança da teleconsulta comparada à consulta presencial de pacientes portadores de diabetes mellitus encaminhados da Atenção Básica para a Atenção Especializada no Sistema Único de Saúde	De R\$ 3.637.536,00 Para R\$ 2.743.124,65 (-24,59%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.018849/2018-06	Estudo clínico prospectivo, randomizado e de custo-utilidade do implante por cateter de prótese aórtica	De R\$ 15.069.700,00 Para R\$ 6.570.000,00 (-56,40%)	SCTIE	Parecer Favorável

		percutânea (TAVI) utilizando abordagem otimizada vs. cirurgia de troca valvar			
HCor	25000.058832/2018-83	Aperfeiçoamento Multiprofissional em Cardiopatias Congênitas	De R\$ 1.000.000,00 Para R\$ 575.000,00 (-42,50%)	SGTES	Parecer Favorável
HCor	25000.019175/2018-59	Avaliação de disfunção microcirculatória a partir de biomarcadores metabólicos séricos em pacientes com diabetes mellitus	De R\$ 1.995.000,00 Para R\$ 1.270.000,00 (-36,34%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.135161/2018-81	Transplante de células-tronco mesenquimais de gordura para estimular a neoangiogênese em pacientes com isquemia miocárdica crônica - Adipose Stromal Cells Injection in the Myocardium for Induction of Revascularization - The ADMIRE trial	De R\$ 2.479.618,40 Para R\$ 260.000,00 (-89,51%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.147131/2018-18	Identificação de variantes genéticas não-sinônimas raras em genes candidatos para pressão arterial em população humana com fenótipos extremos – REHOT	De R\$ 2.474.560,00 Para R\$ 1.634.293,82 (-33,95%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.018881/2018-83	Promoção do autocuidado na insuficiência cardíaca: Ensaio clínico randomizado controlado – Estudo Coração Bem Cuidado (ReBIC2-CBC trial)	De R\$ 3.211.800,00 Para R\$ 1.744.183,78 (-45,69%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.028212/2018-10	Ensaio clínico randomizado comparando cateter nasal de alto fluxo versus ventilação mecânica não invasiva com pressão positiva na insuficiência respiratória aguda (RENOVATE)	De R\$ 4.706.300,00 Para R\$ 2.930.000,00 (-37,74%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.048000/2018-59	IMPACTO MR: Clínico – Avaliar o impacto clínico da aquisição de microrganismos resistentes (MR): Impacto das infecções por microrganismos resistentes a antimicrobianos em pacientes internados em unidades de terapia intensiva adulto no Brasil – Plataforma de Projetos de Apoio ao Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos (Eixo II)	De R\$ 4.230.000,00 Para R\$ 2.835.000,00 (-32,97%)	SCTIE	Parecer Favorável, pendente de anuência do secretário.
HCor	25000.009779/2018-97	BaSICS - Estudo randomizado para avaliar o efeito de uma solução balanceada em comparação ao cloreto de sódio a 0,9% nos desfechos clínicos de pacientes gravemente enfermos	De R\$ 8.500.000,00 Para R\$ 6.552.774,40 (-22,91%)	SCTIE	Parecer Favorável
HCor	25000.048017/2018-14	Impacto MR: MAPA – identificando a mortalidade atribuível por sepse em pacientes hospitalizados no Brasil: um estudo da plataforma de projetos de apoio ao Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos – Programa IMPACTO MR	De R\$ 2.620.000,00 Para R\$ 1.623.385,60 (-38,04%)	SCTIE	Parecer Favorável

Fonte: CPNC/CGPC/DESID/SE

Neste ponto, o Assessor Técnico do Conass pediu registro de que a aprovação do Comitê ficasse condicionada à assinatura dos pareceres pelos Secretários, uma vez que havia registros na apresentação de ausência de assinaturas.

Restou deliberado pela aprovação dos projetos nos exatos termos dos pareceres das áreas técnicas, independentemente de submissão à esse Comitê Gestor neste ano, condicionado à assinatura dos respectivos secretários ou autoridades equivalentes.

Ato subsequente, a Coordenadora-Geral da CGPC, Sra. Carla Tardivo, registrou que futuramente não irá pautar projetos cujos pareceres não estiverem devidamente chancelados pelos secretários das áreas técnicas. Que essas situações foram objeto de pauta frente a necessidade de concluir o triênio e regularizar a gestão do programa diante do longo período em que não houve reunião do Comitê Gestor.

Na parte referente aos informes, o Diretor do DESID, Sr. Pinheiro dos Santos, informou que o projeto assistencial “*Prestação de Serviços de Apoio ao Enfrentamento da Pandemia COVID-19 – Leitos de Unidade Tratamento Intensivo - Adulto*”, da lavra da AHMV, foi retomado como ponto de pauta por determinação da última reunião para esclarecimentos e que por esta razão nos slides subsequentes estavam colacionados o Ofício GAB.SES 725/2020, de 18/9/2020 e o Ofício GAB.SES 797/2020, de 8/10/2020 da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, nos quais o gestor informa não ter interesse no objeto do projeto assistencial diante da ocupação dos leitos e, fazendo expresso registro de que a entidade guarda expertise reconhecida em oncologia, de que teria interesse em firmar parceria nesse setor.

Elucidados os fatos, fez-se o registro da desistência do projeto “*Projeto Monitoramento de pessoas vivendo com HIV/AIDS*”, pelo HIAE, vinculado à SAPS, devido ao prazo exíguo e a falta de disponibilidade orçamentária para a execução do projeto. Situação acolhida pelo parecer nº 14/2020-CGGAP/DESF/SAPS/MS, ratificando a desistência.

Ponto seguinte, a Coordenadora-Geral da CGPC, Sra. Carla Tardivo, informou ao Comitê que as discussões sobre a **transparência ativa da execução física-financeira dos projetos** não evoluíram a contento em razão da falta de disponibilidade de tempo para seu amadurecimento nas tratativas entre as partes. Nesse sentido e diante da obrigatoriedade da transparência ativa para o próximo triênio, essas tratativas serão retomadas no início do próximo ano e irão observar os regramentos do Manual aprovado nesta reunião.

Neste momento, o Diretor do DESID, Sr. Pinheiro dos Santos, retomou a palavra e conduziu o enceramento das atividades do colegiado, diante da necessidade do Secretário-Executivo de se ausentar.

Assinatura eletrônica Eduardo Pazuello Ministério de Estado da Saúde	Assinatura eletrônica Carlos Eduardo Amaral Vice-Presidente Regional do Conselho Nacional de Secretários de Saúde	Assinatura eletrônica Wilames Freire Bezerra Presidente Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
--	--	---

Documento assinado eletronicamente por **Wilames Freire Bezerra, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva, Secretário de Estado**, em 23/12/2020, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Pazuello, Ministro de Estado da Saúde**, em 23/12/2020, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0018196466** e o código CRC **AB6699AF**.

Referência: Processo nº 25000.412191/2017-36

SEI nº 0018196466

Coordenação de Projetos de Cooperação Nacional - CPCN
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br